



DESDOBRAMENTOS HISTÓRICOS ACERCA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E OS ATUAIS PROCESSOS DE INCLUSÃO SOCIAL

FELIPE TRINDADE SANTOS

RESUMO

Este pequeno artigo procura situar a trajetória histórica das pessoas com deficiência, para tentar refletir sobre a seguinte questão: a exclusão das pessoas com deficiência é um processo superado? Tal reflexão faz-se importante num momento histórico que trata muito do tema inclusão, repudiando um passado de discriminação e exclusão social. Contudo, é importante questionar se os processos realizados têm favorecido uma cultura de inclusão e integração das pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Educação; Inclusão; deficiência.

1 INTRODUÇÃO

O estudo de uma especialização em Educação especial e inclusiva, que expressa-se por meio deste trabalho, já revela, por si só, a possibilidade de uma mudança de mentalidade. Isso porque um assunto como este que antes era legado ao esquecimento ou ao campo da medicina, agora é tema de estudo nos diversos campos do conhecimento como o educacional.

Ressaltar esta mudança de mentalidade requer o mínimo de vivência cultural e conhecimento histórico acerca das pessoas com deficiência. Muitas das pessoas nascidas ao longo do século XX conviveram com uma cultura de distanciamento das pessoas com deficiência, sempre colocadas alheias a todos os processos sociais: eram escondidas, não participavam do convívio social, não estudavam, ou viviam como indigentes, à mercê das pessoas caridosas ou ainda presas em casas de internação.

Tudo isso tem raízes históricas antigas que revelam práticas de exclusão social e de extermínio que remontam às grandes civilizações inspiradoras da cultura ocidental. São milênios de história com alguns lastros de sanidade intelectual que buscavam se contrapor a essa concepção complexa.

O trabalho a seguir busca apresentar este panorama histórico de exclusão, além de traçar o horizonte da atual cultura de inclusão, demonstrando seu alcance e limitações, passando pela constituição de leis e políticas públicas em âmbito nacional e internacional, que procuram promover transformações sociais importantes. Tal olhar sobre a realidade atual não estará isento de opinião crítica sobre a validade desses processos realizados.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo trata-se de uma pesquisa com enfoque qualitativo, de caráter bibliográfico, pois recupera a importância de alguns artigos recentes produzidos na área, bem como faz-se valer de algumas bibliografias do tema, sem perder de vista alguns documentos orientadores nesta área. Assim o autor define o que pode ser a pesquisa qualitativa:

1. Estudar o significado da vida das pessoas, nas condições da vida real;
2. Representar as opiniões e perspectivas das pessoas de um estudo;
3. Abranger as condições contextuais em que as pessoas vivem;
4. Contribuir com revelações sobre conceitos existentes ou emergentes que podem ajudar a explicar o comportamento social humano; e

5. Esforçar-se por usar múltiplas fontes de evidência em vez de se basear em uma única fonte (Yin, 2016, p.29).

Portanto, a pesquisa qualitativa busca tratar de temáticas relacionadas com temas atuais, sem preocupar-se com a elaboração de dados estáticos para determinar resultados. Embora, seja qualitativa, vale-se de dados para demonstrar a argumentação desenvolvida, ou seja, como um suporte que, interpretado, corrobora na elucidação dos objetivos. É bibliográfica porque está em conexão com artigos e algumas obras importantes que explicitam o caminho histórico-crítico apresentado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Embora não haja dados estatísticos para corroborar a seguinte informação, dada a complexidade e a distância temporal, é possível afirmar, através da análise dos dados culturais do ser humano primitivo, que desde a pré-história a pessoa com deficiência encontrava dificuldades de aceitação e convívio. Assim como em muitas tribos distantes da cultura dita “civilizada”, as pessoas com deficiência são excluídas da vida social. A análise de historiadores afirma que “a sobrevivência de uma pessoa com deficiência nos grupos primitivos de humanos era impossível, porque o ambiente era agressivo e ríspido e essas pessoas representavam um fardo para o grupo” (Pereira, 2017, p. 84).

Um salto na história permite uma análise dos povos gregos e romanos da antiguidade que tanto influenciaram a cultura ocidental. Em textos como o que será apontado a seguir, fica evidente a cultura da eliminação, muito mais agressiva do que a da exclusão, visto que os indivíduos com deficiência deveriam ser mortos, tendo o direito à vida cerceado.

A Política, de Aristóteles, livro VII, Capítulo XIV, 1335b – Quanto a rejeitar ou criar os recém-nascidos, terá de haver uma lei segundo a qual nenhuma criança disforme será criada; com vistas a evitar o excesso de crianças, se os costumes das cidades impedem o abandono de recém-nascidos deve haver um dispositivo legal limitando a procriação (Gugel, 2007, p.63).

Para os romanos não havia muita diferença. Aos pais era permitido o assassinato de pessoas com deficiência ou o abandono em lugares diversos (Pereira, 2017). Aos que tornavam-se pessoas com deficiência durante a idade adulta, lhes era negado o direito à vida pública e à convivência social.

Na Idade Média o afamado prestígio do cristianismo não impediu que os povos continuassem exercendo uma cultura de exclusão. Ainda que seu líder, Jesus Cristo, tivesse passado pelo mundo “fazendo o bem e curando a todos” (At 10,38), o cristianismo medieval continuou desprezando as pessoas com deficiência, vistas como maldição ou castigo divino, portanto, associadas a todo tipo de mal. A história não permite a omissão do trabalho de ordens religiosas destinadas ao cuidado dessas pessoas, já na Baixa Idade Média, como os hospitalários e tantas outras que reconheciam-os como dignos de caridade, meios de exercer o amor cristão e merecer a recompensa divina.

Já na Idade Moderna:

Houve grande desenvolvimento no atendimento às pessoas com deficiência em hospitais. Havia assistência especializada em ortopedia para os mutilados das guerras e para as pessoas cegas e surdas. Philippe Pinel (1745-1826) explicou que pessoas com perturbações mentais devem ser tratadas como doentes, ao contrário do que acontecia na época, quando eram tratados com violência e discriminação (Pereira, 2017, p. 86).

O avanço trazido pela Revolução Industrial e o alvorecer de duas grandes guerras trouxe uma grande proporção de pessoas com deficiência: mutilações em acidentes de

trabalho, em combates nas frentes, pesquisas científicas realizadas nos campos de concentração nazistas. A humanidade estava diante de danos sem precedentes, causados a uma grande parcela da população. Não obstante os dramas da eliminação causados por uma política da raça ariana pura, os países foram estabelecendo meios de acompanhamento e integração das pessoas.

A criação da Organização das Nações Unidas em 1945 com organismos de defesa da vida humana em sua plenitude, como os afirmados na Declaração dos Direitos Humanos, possibilitou a busca de alternativas, integração e aperfeiçoamento de técnicas para o auxílio de pessoas com deficiência (Pereira, 2017).

Nos anos 60 surgiram os primeiros movimentos organizados por familiares de pessoas com deficiência, com críticas à discriminação; pesquisas e teorias sobre a inclusão e melhoria das condições de vida dos mutilados de guerra avançaram a partir dos anos 70 nos Estados Unidos. Este movimento se intitulou de integração e influenciou o espaço educacional. O movimento de integração justifica-se pela ruptura com as teorias já esgotadas dos “sistemas paralelos” de educação e das compensações, começando a ceder lugar às experiências concretas que assentam noutra forma de conceitualizar a escola. Ele teve início nos países nórdicos, Suécia, Dinamarca e Noruega. (Pereira, 2017, p.90).

Ecoss mundiais como a Convenção da Guatemala de 1999, a Declaração de Salamanca de 1994 e a Declaração de Madri de 2002, reafirmam a importância da eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência, além da defesa de políticas públicas de inclusão que promovam o desenvolvimento humano integral.

Assegurar que a educação especial faça parte de toda discussão que lide com a educação para todos em vários foros; • a mobilizar o apoio de organizações dos profissionais de ensino em questões relativas ao aprimoramento do treinamento de professores no que diz respeito a necessidade educacionais especiais. • a estimular a comunidade acadêmica no sentido de fortalecer pesquisa, redes de trabalho e o estabelecimento de centros regionais de informação e documentação e da mesma forma, a servir de exemplo em tais atividades e na disseminação dos resultados específicos e dos progressos alcançados em cada país no sentido de realizar o que almeja a presente Declaração. • a mobilizar FUNDOS através da criação (dentro de seu próximo Planejamento a Médio Prazo. 1996-2000) de um programa extensivo de escolas inclusivas e programas de apoio comunitário, que permitiriam o lançamento de projetos-piloto que demonstrassem novas formas de disseminação e o desenvolvimento de indicadores de necessidade e de provisão de educação especial. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.2).

A nível nacional, várias legislações vêm sendo implementadas com o objetivo de promover o processo de inclusão social: Constituição Federal (1988), Política Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007), Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), Plano Nacional de Educação (2014). Legislações essas de cunho educacional, importantes para este trabalho. E outras legislações como as trabalhistas e anti-manicomiais que vão “pavimentando o caminho” da inclusão social.

Muitas são as considerações acerca da legislação e das políticas públicas em favor da inclusão social. Contudo, as que se referem à educação serão aqui abordadas com mais atenção. Isso porque como recorda o filósofo da educação, John Dewey, a educação é um elemento transformador que tanto transmite a cultura como a reinventa. Esse processo é demasiado importante porque garante o caráter crítico e investigador da formação educacional.

A formação espiritual mais profunda e mais sólida se origina, sem intuito

consciente, da co-participação, por parte dos elementos sociais mais novos, da atividade dos vários grupos a que possa pertencer. Todavia, ao tornar-se a sociedade mais complexa, cumpre proporcionar um ambiente social especial que se dedique especialmente a desenvolver as aptidões dos imaturos. Três das mais importantes funções deste meio especial são as seguintes: simplificar e coordenar os fatores da mentalidade que se pretenda desenvolver; purificar e idealizar os costumes sociais existentes; criar um meio mais vasto e melhor equilibrado do que aquele pelo qual os imaturos, abandonados a si mesmos, seriam provavelmente influenciados (Dewey, 1979, p. 24)

Por exercer tais funções, esse ambiente especial, a escola, permite aos educandos de todas as idades refletir sobre as diversas dimensões da cultura e da vida, inclusive a temática aqui tratada sobre as pessoas com deficiência. Em atenção às declarações das Nações Unidas, em especial as de Salamanca e Guatemala, o Brasil teve a tarefa de elaborar e promover a inclusão das pessoas com deficiência por meio de projetos educacionais. Projetos como os já citados como o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007), a Política Nacional de Educação Especial (2008) e o Plano Nacional de Educação (2014) promoveram uma série de pesquisas educacionais, formação de professores para o trabalho com PCDs e a inclusão de estudantes com deficiência na rede regular de ensino.

Todas essas iniciativas foram acompanhadas da adaptação dos espaços escolares para melhor atendimento, tais como rampas, salas de aula apropriadas, sanitários, e demais espaços de sociabilidade, com a criação, inclusive, de salas de recurso especialmente preparadas para proporcionar a inclusão. Sem esquecer-se da contratação de professores apoio, direcionados a acompanhar estes alunos no ambiente escolar.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1996).

Essas iniciativas representam uma verdadeira “virada copernicana”¹, pois trouxeram visibilidade a essa parcela da população, fazendo com que as pessoas com deficiência

¹ A expressão faz associação com a descoberta de Nicolau Copérnico, cientista do período renascentista, que defendeu que o sol seria o centro do universo e não a Terra, causando uma verdadeira mudança nos paradigmas culturais da época.

participassem dos espaços de convivência social, desmistificando o conceito de incapacidade, de invalidez, para apresentá-los como capazes de participar da via pública, estudando, trabalhando, exercendo sua cidadania e dignidade.

Um fato marcante representou muito fortemente todo este movimento de inclusão. Tal fato deu-se no dia 1º de janeiro de 2023, na posse do chefe do poder executivo nacional, o Presidente Luis Inácio Lula da Silva. Diante de uma multidão que lotava a Praça dos Três Poderes, da presença e transmissão simultânea de diversos veículos de comunicação, a subida da rampa presidencial, para a finalização do rito de posse, contou com a representatividade do povo brasileiro: negro, índio, branco, mulato, artesão, professor, defensor dos direitos humanos, catadora de recicláveis, idoso, mulheres, e Ivan Baron, jovem com paralisia cerebral, representando a luta pela inclusão das pessoas com deficiência.

Embora sejam importantes as “paixões”, faz-se necessária uma análise crítica para além de todo otimismo. Realmente a atualidade revela como a temática da inclusão social passou a ser pauta de estudos, de políticas públicas, e de uma nova forma de recepção pela população. Contudo, toda generalização é demasiado arriscada.

O Censo escolar 2020 apontou muitas inconsistências quanto à presença de sala de recursos nas escolas. “Os três estados brasileiros com maiores percentuais de escolas com salas de recursos em relação ao total foram: Distrito Federal, com 44%, Rondônia, com 39%, e Rio Grande do Sul, com 37% (...) estados que não atingiram nem metade das escolas (Delgado, 2022).

Sobre a acessibilidade, “conforme o INEP, 26,9% das escolas de educação básica ainda não tem nenhum recurso de apoio a pessoas com deficiência, como elevadores, rampas, banheiros específicos, dentre outros” (Castro, 2023). Dados reforçam que “o número de matrículas de estudantes com necessidades especiais cresceu 33,2% em todo o país” (Tokarnia, 2019).

Enquanto os dados confirmam o aumento do número de estudantes com deficiência, muitas famílias travam verdadeiras batalhas para conseguir do poder público o direito de ter seus filhos assistidos por profissionais especializados. E o que dizer dos outros dados acima que demonstram a morosidade em atender adequadamente os estudantes com dignidade?

Embora a temática esteja mais presente e ganhos sejam uma realidade, é preciso insistir no desafio de promover a inclusão quando leis não são cumpridas pelos poderes públicos e mesmo ainda quando essas pessoas enfrentam a discriminação em diversas instituições.

Em tempos recentes, mais uma vez ressoaram vozes a favor da separação desses alunos e ainda outras vozes a favor das antigas internações. Vozes que ganharam eco na política nacional na tentativa de promulgação de leis esdrúxulas. Direitos importantes foram conquistados e cada caso precisa do seu caráter de atenção específico. É necessário cada vez mais a clareza para compreender que o capital destinado a este processo de inclusão não é despesa, mas investimento, além de representar uma grandiosa reparação histórica contra toda forma de discriminação.

4 CONCLUSÃO

Toda pesquisa, por mais que busque ser científica, revela um pouco de paixão, de pulsão. É complexo afirmar que o cientista ou o pesquisador está imbuído somente da racionalidade, quando o que o move passa pelo contato dos sentidos, pelo modo como se entrega ou não à causa defendida. Essa paixão, é claro, não quer ser avassaladora. Não pode irromper em atos inconsistentes, pois necessita de argumentação, de seriedade ética, enfim, de caracteres que confirmem sua consistência.

Essa pulsão foi decisiva na escolha do viés histórico. O panorama da história não pode ser esquecido num momento como o atual, denominado por alguns pensadores como pós-

modernidade², em que há um verdadeiro culto ao presente, um rechaço ao passado e uma desilusão em relação ao futuro. Esta visão obscurece a compreensão de intercâmbio dos processos culturais, nos quais não existem fatos estanques, isolados, mas interconectados. O presente não está configurado como está ao acaso, pois carrega consigo traços do passado e traz germens do futuro. A história auxilia no reconhecimento de erros, a fim de que não sejam repetidos, mas também de acertos, de contribuições, para serem aperfeiçoados.

Neste sentido, essa perspectiva histórica contribui para entender como a humanidade lidou com a questão da deficiência, excluindo ou integrando as pessoas. Essa análise demonstra como a questão foi entendida como superstição, como problema de desenvolvimento dos grupos, como digna de pena ou misericórdia e, enfim, com atenção médica e reintegradora.

Por ser o foco da pesquisa, seu envolvimento com a educação foi realçado a fim de que os projetos nacionais fossem apresentados. Reconhecendo na educação um importante fator de transformação, foram apresentadas mobilizações quanto à integração estrutural e humana. São projetos ancorados em reflexões de grupos mundiais, impulsionados pela Organização das Nações Unidas. Para que as culturas transformem-se em promotoras de integração, a educação possui uma contribuição decisiva.

Por fim, faz-se necessário retomar a pergunta-problema que moveu a pesquisa: a exclusão das pessoas com deficiência é um processo superado? Toda a discussão aqui transcrita demonstra que muitos fatores auxiliaram e auxiliam na superação dos processos de inclusão. Contudo, existem ainda conflitos culturais e necessidade de reconhecimento. Isto evidencia que a exclusão segue velada em discriminações ainda existentes e em cada luta realizada pelas famílias, para que as pessoas tenham seus direitos reconhecidos: com ambientes preparados, com profissionais adequados, com instrução para a autonomia, a cidadania e o mundo do trabalho.

O desejo é que as pessoas com deficiência estejam cada vez mais ocupando espaços na vida social, na administração pública, demonstrando a esperada mudança de mentalidade na qual a exclusão seja um processo cada vez mais extirpado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

BRASIL. Lei Federal Nº. 9394 de 20 de dezembro. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.in.gov.br/mp._leis/leis_texto.asp. Acesso em 22/08/2024.

CASTRO, M. T. Infraestrutura: 27% das escolas brasileiras não são acessíveis para PCDs. **Agência de Notícias**, 14 jun. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.uniceub.br/destaque/escolas-brasileiras-nao-sao-acessiveis-para-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 23 ago. 2024.

DELGADO, J. Um Retrato das salas de recurso multifuncionais no Brasil. **Diversa**, São

² O termo pós-modernidade é caro aos estudiosos franceses, devedores da teoria crítica da escola de Frankfurt, Jean François Lyotard e Jacques Derrida, ambos do século XX. Para estes pensadores o momento presente foi por eles denominado como pós-modernidade, dada a ruptura com os valores modernos e a instauração de um novo período povoado por incertezas, pela crítica às instituições, às metanarrativas, ao critério único de verdade e de extrema valorização do tempo presente.

Paulo, 02 mai. 2022. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/salas-de-recursos-multifuncionais-no-brasil/>. Acesso em: 23 ago. 2024.

DEWEY, J. **Democracia e Educação**: Introdução à Filosofia da Educação. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 3.ed. São Paulo: Nacional, 1979.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. Subprocuradoria Geral do Trabalho. Conselho do CONADE, 2007.

PEREIRA, M. A História da Pessoa com Deficiência. **Ciências Gerenciais em Foco**, [S. l.], v. 8, n. 5, 2018. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/cgf/article/view/3149>. Acesso em: 25 ago. 2024.

TOKARNIA, M. Cresce o número de estudantes com necessidades especiais. **Agência Brasil**, Brasília, 31 jan. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-01/cresce-o-numero-de-estudantes-com-necessidades-especiais>. Acesso em: 24 ago. 2024.

YIN, R. K. **Pesquisa Qualitativa do Início ao Fim** (Métodos de Pesquisa). Porto Alegre, RS: Editora Penso, 2016.